TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária

Especialidade Execução de Mandados

Nº de Inscrição
MODELO

Caderno de Prova, Cargo B02, Tipo 001
0000000000000000

00001-0001-001

PROVA
Português Conhecimentos Específicos Discursiva - Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
  - contém as questões de Estudo de Caso e respectivos espaços destinados para o rascunho.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- transcrever as respostas de Estudo de Caso no Caderno de Respostas, nos espaços destinados às questões.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho das questões de Estudo de Caso será corrigido.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas, bem como para responder às questões de Estudo de Caso e transcrever as respectivas respostas no Caderno de Respostas correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões da Prova Objetiva e a Folha de Respostas, bem como o Caderno de Transcrição de Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Outubro/2008

www.pciconcursos.com.br

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue:

Viagem para fora

Há não tanto tempo assim, uma viagem de ônibus, sobretudo quando noturna, era a oportunidade para um passageiro ficar com o nariz na janela e, mesmo vendo pouco, ou nada, entreter-se com algumas luzes, talvez a lua, e certamente com os próprios pensamentos. A escuridão e o silêncio no interior do ônibus propiciavam um pequeno devaneio, a memória de alguma cena longínqua, uma reflexão qualquer.

Nos dias de hoje as pessoas não parecem dispostas a esse exercício mínimo de solidão. Não sei se a temem: sei que há dispositivos de toda espécie para não deixar um passageiro entregar-se ao curso das idéias e da imaginação pessoal. Há sempre um filme passando nos três ou quatro monitores de TV, estrategicamente dispostos no corredor. Em geral, é um filme ritmado pelo som de tiros, gritos, explosões. É também bastante possível que seu vizinho de poltrona prefira não assistir ao filme e deixar-se embalar pela música altíssima de seu fone de ouvido, que você também ouvirá, traduzida num chiado interminável, com direito a batidas mecânicas de algum sucesso pop. Inevitável, também, acompanhar a variedade dos toques personalizados dos celulares, que vão do latido de um cachorro à versão eletrônica de uma abertura sinfônica de Mozart. Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente: a senhora da frente pergunta pelo cardápio do jantar que a espera, enquanto o senhor logo atrás de você lamenta não ter incluído certos dados em seu último relatório. Quando o ônibus chega, enfim, ao destino, você desce tomado por um inexplicável cansaço.

Acho interessantes todas as conquistas da tecnologia da mídia moderna, mas prefiro desfrutar de uma a cada vez, e em momentos que eu escolho. Mas parece que a maioria das pessoas entrega-se gozosa e voluptuosamente a uma sobrecarga de estímulos áudio-visuais, evitando o rumo dos mudos pensamentos e das imagens internas, sem luz. Ninguém mais gosta de ficar, por um tempo mínimo que seja, metido no seu canto, entretido consigo mesmo? Por que se deleitam todos com tantas engenhocas eletrônicas, numa viagem que poderia propiciar o prazer de uma pequena incursão íntima? Fica a impressão de que a vida interior das pessoas vem-se reduzindo na mesma proporção em que se expandem os recursos eletrônicos.

(Thiago Solito da Cruz, inédito)

1. Considerando-se o sentido integral do texto, o título **Viagem para fora** representa

(A) uma alusão à exterioridade dos apelos a que se entregam os passageiros.

(B) um específico anseio que o autor alimenta a cada viagem de ônibus.

(C) a nostalgia de excursões antigas, em que todos se solidarizavam.

(D) a importância que o autor confere aos devaneios dos passageiros.

(E) a ironia de quem não se deixa abalar por tumultuadas viagens de ônibus.

2. Atente para as seguintes afirmações:

I. No primeiro parágrafo, configura-se a tensão entre o desejo de recolhimento íntimo de um passageiro e a agitação de uma viagem noturna.

II. No segundo parágrafo, o cruzamento de mensagens, em diferentes meios de comunicação, é considerado invasivo por quem preferiria entregar-se ao curso da imaginação pessoal.

III. No terceiro parágrafo, o autor considera a possibilidade de os recursos da mídia eletrônica e o cultivo da vida serem usufruídos em tempos distintos.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I e II, somente.
(C) II e III, somente.
(D) I e III, somente.
(E) II, somente.

3. O autor vale-se do emprego do pronome ***você***, ao longo do segundo parágrafo, da mesma forma que esse pronome é empregado em:

(A) Quando perguntei se você gostava de viajar, você titubeou, e não me respondeu.

(B) Já sei a opinião dele acerca da mídia eletrônica; gostaria que você me dissesse, agora, qual a sua.

(C) Não é aquele ou aquela passageira que me interessa; meus olhos não conseguem desviar-se de você.

(D) Quando se está em meio a um tumulto, você não consegue concentrar-se em seus próprios pensamentos.

(E) Espero que você não tenha se ofendido por eu lhe haver proposto que desligue o celular enquanto conversamos.

4. O último período do texto retoma e arremata, conclusivamente, uma idéia que já se representara na seguinte passagem:

(A) (...) *há dispositivos de toda espécie para não deixar um passageiro entregar-se ao curso das idéias* (...).

(B) *A escuridão e o silêncio no interior do ônibus propiciavam um pequeno devaneio* (...).

(C) *Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente* (...).

(D) *Quando o ônibus chega, enfim, ao destino, você desce tomado por um inexplicável cansaço.*

(E) *Há sempre um filme passando nos três ou quatro monitores de TV, estrategicamente dispostos no corredor.*

5. *Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente* (...)

A frase acima conservará o sentido básico, sem prejuízo para a correção, substituindo-se o elemento sublinhado por:

(A) estará à corrente.
(B) ficará ao par.
(C) abeirar-se-á.
(D) certificar-se-á.
(E) tomará ciência.

www.pciconcursos.com.br

6. Está adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:

(A) Ainda recentemente, não se poderia imaginar que uma viagem de ônibus venha a ser tão atribulada.

(B) A cada vez que se colocar um filme no ônibus, a expectativa seria a de que todos passam a ouvir tiros e gritos.

(C) Os que usam fone de ouvido talvez não imaginem que uma chiadeira irritante fique a atormentar os ouvidos do vizinho.

(D) Quem não quiser conhecer os detalhes da vida doméstica de alguém, há de tapar os ouvidos quando tocava o celular.

(E) Muita gente não distingue a versão eletrônica de uma sinfonia que tocasse no celular da versão original que um Mozart tem criado.

7. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

(A) Não ..... (**costumar**) registrar-se, na conversa usual entre os passageiros, quaisquer reclamações contra a rotina barulhenta da viagem.

(B) ..... (**dever**) agradar aos ruidosos passageiros toda essa parafernália eletrônica, que os dispensa de refletir sobre si mesmos.

(C) Momentos de solidão e contemplação ..... (**haver**) de perturbar os que se entregam gostosamente aos estímulos eletrônicos.

(D) Já quase não se ..... (**ver**), numa viagem de ônibus, passageiros ensimesmados, olhando vagamente pela janela.

(E) Não ..... (**convir**) a muita gente esses momentos únicos de reflexão, que uma viagem de ônibus podia propiciar.

8. Está correta a construção da seguinte frase:

(A) Seu vizinho de poltrona acha preferível ouvir música do que se concentrar num filme.

(B) A mulher ao lado prefere mais um filme em vez de ouvir música.

(C) Tenho mais preferência a desfrutar do silêncio que de ouvir intimidades alheias.

(D) O jovem prefere concentrar-se na música a ficar com os olhos num monitor de TV.

(E) É mais preferível entreter-se com idéias próprias a que se distrair com as tolices de um filme.

9. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:

(A) Muitos se deixam embalar por um mixto de torpor e devaneio, quando se entretém à janela do ônibus.

(B) Tentou convencer o jovem a desligar a engenhoca, mas não obteve sucesso nessa tentativa de dissuazão.

(C) Que temos nós a haver com o relatório que deixou frustado aquele executivo?

(D) Por que não se institue a determinação de por um fim ao abuso dos ruídos no interior de um ônibus?

(E) É difícil explicar o porquê de tanta gente sentir-se extasiada diante das iniqüidades de um filme violento.

10. Sempre gostei das viagens de ônibus, mas atualmente <u>considero as viagens de ônibus</u> uma verdadeira provação, pois o que <u>vem caracterizando as viagens de ônibus</u> é uma profusão de ruídos de toda espécie, o que <u>torna as viagens de ônibus</u> um desafio aos nervos de um pacato passageiro.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

(A)	considero-as	- as vem caracterizando	- as torna
(B)	considero-as	- vem-nas caracterizando	- lhes torna
(C)	as considero	- vem-lhes caracterizando	- torna-las
(D)	considero-lhes	- lhes vem caracterizando	- as torna
(E)	considero-lhes	- vem caracterizando-as	- torna-as

<u>Atenção</u>: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue:

A amizade

Uma amizade verdadeira possui tão grandes vantagens que mal posso descrevê-las. Para começar, em que pode consistir uma "vida vivível" que não encontre descanso na afeição partilhada com um amigo? Que há de mais agradável que ter alguém a quem se ousa contar tudo como a si mesmo? De que seria feita a graça tão intensa de nossos sucessos, sem um ser para se alegrar com eles tanto quanto nós? E em relação a nossos reveses, seriam mais difíceis de suportar sem essa pessoa, para quem eles são ainda mais penosos que para nós mesmos.

Os outros privilégios da vida a que as pessoas aspiram só existem em função de uma única forma de utilização: as riquezas, para serem gastas; o poder, para ser cortejado; as honrarias, para suscitarem os elogios; os prazeres, para deles se obter satisfação; a saúde, para não termos de padecer a dor e podermos contar com os recursos de nosso corpo.

Quanto à amizade, ela contém uma série de possibilidades. Em qualquer direção a que a gente se volte, ela está lá, prestativa, jamais excluída de alguma situação, jamais importuna, jamais embaraçosa. Por isso, como diz o ditado, "nem a água nem o fogo nos são mais prestimosos que a amizade". E aqui não se trata da amizade comum ou medíocre (que, no entanto, proporciona alguma satisfação e utilidade), mas da verdadeira, da perfeita, à qual venho me referindo. Pois a amizade torna mais maravilhosos os favores da vida, e mais leves, porque comunicados e partilhados, seus golpes mais duros.

(Adaptado de Cícero, filósofo e jurista romano)

11. Ao tratar da amizade verdadeira, Cícero dá um peso especial ao fato de que ela

(A) é um privilégio desfrutado de uma forma única e exclusiva.

(B) intensifica nossas conquistas e ameniza nossos infortúnios.

(C) abre caminho para o exercício de um poder que todos desejamos.

(D) produz honrarias que todos os amigos podem compartilhar.

(E) afasta os padecimentos morais e multiplica as alegrias.

www.pciconcursos.com.br

12. No segundo parágrafo, os segmentos iniciados por *as riquezas* (...), *as honrarias* (...) e *os prazeres* (...) deixam subentendida a forma verbal:

(A) aspiram.
(B) contêm.
(C) obtêm.
(D) suscitam.
(E) existem.

13. Atente para as seguintes afirmações:

I. A expressão *nossos reveses* (1º parágrafo) é empregada com sentido equivalente ao de *golpes mais duros* (3º parágrafo).

II. Em vez de *podermos contar* (2º parágrafo), o emprego da forma ***pudermos contar*** seria mais adequado à construção da frase.

III. Os termos *comunicados* e *partilhados* (3º parágrafo) referem-se ao termo anterior *favores*.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

14. *Que há de mais agradável que ter alguém a quem se ousa contar tudo como a si mesmo?*

Pode-se substituir o segmento sublinhado na frase acima, sem prejuízo para o sentido, clareza e correção, por:

(A) com a audácia de contar tudo para si mesmo?
(B) que pode contar com si mesmo?
(C) com a coragem de quem ousa contar tudo?
(D) com força para contar tudo sobre si próprio?
(E) para confidenciar, sem receio, tudo de si?

15. Há um **deslize** na concordância verbal da seguinte frase:

(A) Aos golpes mais duros da vida responde uma amizade verdadeira com palavras e gestos de solidariedade.

(B) Nunca haverão de nos faltar, quando contamos com amigos verdadeiros, a força justa das palavras certas.

(C) Assim como ninguém vive sem o préstimo da água, não se superam os infortúnios sem o apoio de um amigo verdadeiro.

(D) Os sofrimentos que pesam sobre alguém haverão de ser mais leves com a companhia solidária de um amigo leal.

(E) Importa, acima de todas as coisas, poder contar com a lealdade e os bons préstimos que nos oferece a amizade verdadeira.

16. Transpondo-se para a voz ativa a frase ***Nossos reveses podem ser consolados pela palavra amiga***, a forma verbal resultante será:

(A) terá consolado.
(B) hão de consolar-se.
(C) poderiam consolar.
(D) pode consolar.
(E) haverá de consolar.

17. *Os outros privilégios da vida a que as pessoas aspiram só existem em função de uma única forma de utilização (...).*

No período acima, são exemplos de uma mesma função sintática:

(A) *vida e pessoas.*
(B) *privilégios e utilização.*
(C) *privilégios e pessoas.*
(D) *existem e utilização.*
(E) *a que e única.*

18. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:

(A) Quem cuida da saúde, conta com os recursos do corpo, já quem cultiva uma amizade, conta com o conforto moral.

(B) No que me diz respeito, não me interessam os amigos de ocasião: prezo apenas os verdadeiros, os que me apóiam incondicionalmente.

(C) De que pode valer, gozarmos um momento de felicidade, se não dispomos de alguém, a quem possamos estendê-la?

(D) Confio sempre num amigo; pois minha confiança nele, certamente será retribuída com sua confiança em mim.

(E) São essas enfim, minhas razões para louvar a amizade: diga-me você agora quais as suas?

19. É importante que você possa contar com minha amizade; confie nela, que eu não o decepcionarei.

A frase acima permanecerá correta no caso de substituirmos os elementos sublinhados, respectivamente, por:

(A)	tu possas	confies	te
(B)	Vossa Excelência podeis	confiei	vos
(C)	tu possas	confia	te
(D)	vós possais	confiem	vos
(E)	Sua Senhoria podeis	confiai	vos

20. Pensador conseqüente, a Cícero não importavam as questões secundárias; interessavam-lhe os valores essenciais da conduta humana.

O sentido da frase acima permanecerá inalterado caso ela seja introduzida por:

(A) Conquanto fosse.
(B) Muito embora sendo.
(C) Ainda quando fosse.
(D) Por ter sido.
(E) Mesmo que tenha sido.

www.pciconcursos.com.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. No que concerne aos Direitos Políticos, é correto afirmar que o alistamento eleitoral é facultativo para os

(A) analfabetos.

(B) maiores de quinze anos.

(C) maiores de sessenta e cinco anos.

(D) conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

(E) maiores de sessenta anos.

22. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

(A) sistema estatístico.
(B) desapropriação.
(C) informática.
(D) educação.
(E) propaganda comercial.

23. Com relação à Administração Pública, considere:

I. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

II. É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

III. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

IV. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I e III.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

24. Quanto ao Processo Legislativo, é correto afirmar que o projeto de lei, após ser revisto em um só turno de discussão e votação, será enviado pela Casa do Congresso Nacional, na qual tenha sido concluída a votação, ao Presidente da República, cujo silêncio importará sanção caso decorridos

(A) quarenta e oito horas.
(B) dez dias.
(C) cinco dias.
(D) quinze dias.
(E) vinte e quatro horas.

Direito Administrativo

25. Sobre as espécies de atos administrativos, analise:

I. Atos que contêm uma declaração de vontade da Administração apta a concretizar determinado negócio jurídico ou a deferir certa faculdade ao particular.

II. Atos que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes.

III. Atos que contêm um comando geral do Executivo, visando à correta aplicação da lei.

Essas afirmações referem-se, respectivamente, aos atos administrativos

(A) negociais, ordinatórios e normativos.
(B) ordinatórios, normativos e negociais.
(C) normativos, negociais e ordinatórios.
(D) negociais, normativos e ordinatórios.
(E) ordinatórios, negociais e normativos.

26. Dentre as entidades da Administração Pública Indireta, para cuja criação é suficiente mera autorização legal, NÃO se incluem as

(A) empresas públicas.
(B) autarquias.
(C) sociedades de economia mista.
(D) fundações públicas.
(E) fundações privadas.

27. Sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista, é INCORRETO afirmar:

(A) As sociedades de economia mista federais não foram contempladas com o foro processual da Justiça Federal.

(B) As empresas públicas podem ser estruturadas sob qualquer das formas admitidas em direito.

(C) O capital das sociedades de economia mista é constituído por capital público e privado.

(D) No capital das empresas públicas pode ser admitida a participação de entidades da administração indireta.

(E) As sociedades de economia mista não podem ser estruturadas sob a forma de sociedade anônima.

28. De acordo com a Lei Federal nº 8.112/1990, NÃO são formas de provimento de cargo público

(A) a readaptação e a reversão.
(B) a promoção e a readaptação.
(C) a ascensão e a transferência.
(D) o aproveitamento e a reintegração.
(E) a nomeação e a recondução.

29. Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado; organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços de transporte coletivo; promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e da ocupação do solo urbano, são serviços públicos de competência, respectivamente,

(A) da União, do Estado e do Município.
(B) do Estado; do Município e do Município.
(C) do Estado; do Estado e do Município.
(D) do Município; do Estado e do Estado.
(E) do Município, do Estado e da União.

www.pciconcursos.com.br

Direito Civil

30. A sucessão do ausente obedece a lei do país

(A) onde foi visto pela última vez.
(B) em que se situam seus bens imóveis.
(C) onde ocorreu o desaparecimento.
(D) em que era domiciliado o desaparecido.
(E) onde residirem seus filhos.

31. NÃO interrompe a prescrição

(A) a apresentação de título já protestado em concurso de credores.
(B) o despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
(C) o protesto cambial.
(D) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
(E) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe no reconhecimento do direito pelo devedor.

32. Um hóspede do Hotel X derrubou um televisor pela janela, atingindo e danificando um veículo estacionado. Nesse caso, o dono do hotel

(A) só responde pela reparação civil se tiver havido dolo de sua parte ou de algum funcionário do estabelecimento.
(B) só responde pela reparação civil se tiver havido culpa de sua parte.
(C) só responde pela reparação civil se tiver havido culpa de sua parte ou de funcionário do estabelecimento.
(D) não responde pela reparação civil, que deverá ser pleiteada exclusivamente do hóspede.
(E) responde pela reparação civil, mesmo que não tenha havido culpa de sua parte.

33. A respeito da sociedade limitada, considere:

I. As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente a aprovaram.
II. A deliberação em assembléia será obrigatória se o número de sócios for superior a dois.
III. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

Está correto o que consta SOMENTE em

(A) I e III.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) I.
(E) II.

Direito Processual Civil

34. Na alienação em hasta pública, é admitido a lançar, dentre outros, o

(A) escrivão.
(B) membro do Ministério Público.
(C) membro da Defensoria Pública.
(D) síndico, quanto aos bens confiados à sua guarda e responsabilidade.
(E) exeqüente.

35. A impenhorabilidade do bem de família pode ser oposta, dentre outros, em processo de execução movido

(A) pelo credor de pensão alimentícia.
(B) pela Fazenda Nacional, para cobrança do Imposto de Renda.
(C) para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
(D) em razão de créditos das contribuições previdenciárias de trabalhadores da própria residência.
(E) por ter sido adquirido com produto de crime.

36. Quando arrolados como testemunhas, serão ouvidos em sua residência ou onde exercem a sua função, dentre outros,

(A) os membros do Ministério Público.
(B) os Prefeitos Municipais.
(C) os Juízes de Direito de primeira instância.
(D) os Deputados Estaduais.
(E) os Vereadores.

37. No protesto ou interpelação,

(A) o requerido será citado para contestar o pedido do prazo de cinco dias.
(B) não se admite defesa nem contraprotesto nos autos.
(C) não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos os fatos alegados pelo requerente.
(D) o juiz proferirá sentença, decidindo o mérito da causa.
(E) o juiz poderá antecipar a tutela relativa ao mérito da causa, sem ouvir a parte contrária.

Direito do Trabalho

38. Maria trabalha na residência consular do Cônsul da África do Sul, desempenhando serviços domésticos no âmbito familiar e está grávida de dois meses. Neste caso, Maria

(A) é considerada empregada doméstica, mas não há qualquer espécie de estabilidade de empregado garantida aos empregados domésticos.
(B) não é considerada empregada doméstica por se tratar de residência consular, não havendo qualquer estabilidade de emprego.
(C) não é considerada empregada doméstica, mas será vedada a sua dispensa sem justa causa, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
(D) é considerada empregada doméstica e será vedada a sua dispensa sem justa causa, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
(E) não é considerada empregada doméstica, mas será vedada a sua dispensa sem justa causa, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.

www.pciconcursos.com.br

39. Convenção Coletiva de Trabalho de determinada categoria aumentou o adicional noturno para 50% sobre a hora diurna. Neste caso, esse aumento é

(A) inválido, uma vez que o limite legal máximo para o adicional noturno é de 20% sobre a hora diurna, sendo vedada qualquer estipulação em contrário.

(B) válido, mas dispensa o empregador de considerar a hora noturna reduzida de 52'e 30''.

(C) válido, não dispensando o empregador de considerar a hora noturna reduzida de 52'e 30''.

(D) inválido, uma vez que Convenção Coletiva de Trabalho não é instrumento hábil para aumentar adicional noturno.

(E) inválido, uma vez que o limite legal máximo para o adicional noturno é de 30% sobre a hora diurna, sendo vedada qualquer estipulação em contrário.

40. Maria, Joana e Diana são empregadas da empresa ÁGUA, atuando as três na função de auxiliar administrativo. Maria possui jornada de trabalho diária de seis horas; Joana possui a jornada de trabalho diária de cinco horas e Diana possui jornada de trabalho diária de quatro horas. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, será obrigatório um intervalo intrajornada de quinze minutos para

(A) Diana, apenas.
(B) Maria, Joana e Diana, igualmente.
(C) Joana e Diana.
(D) Maria, apenas.
(E) Maria e Joana.

41. No que diz respeito à jornada de trabalho, analise:

I. A jornada de trabalho de oito horas diárias prevista na Consolidação das Leis do Trabalho é observada apenas para as atividades privadas, não sendo aplicada às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

II. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

III. Em regra, o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.

IV. Os gerentes, os diretores e chefes de departamento ou filial não possuem duração máxima de jornada de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) II, III e IV.
(D) II e IV.
(E) I e III.

42. Considere:

I. Empregado urbano que deixa seu trabalho duas horas mais cedo para procurar novo emprego durante o período do aviso prévio.

II. Empregado que falta dois dias em razão do falecimento de ascendente.

III. Empregado que falta um dia em cada doze meses de trabalho para doação de sangue.

IV. Empregado eleito para o cargo de diretoria, não permanecendo a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

São consideradas hipóteses de interrupção do contrato de trabalho as situações indicadas APENAS em

(A) I, II e III.
(B) II, III e IV.
(C) III e IV.
(D) I e II.
(E) I e IV.

43. Com relação ao aviso prévio, é certo que

(A) a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir contrato individual de trabalho, deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de dez dias, se o pagamento for efetuado semanalmente.

(B) o aviso prévio, nos contratos de trabalho com prazo determinado, será de dez dias corridos, contados a partir do último dia contratual pré-fixado.

(C) a cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

(D) não é devido o aviso prévio, na despedida indireta, por expressa disposição legal.

(E) o empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer falta considerada pela lei como justa para a rescisão, não perde o direito ao restante do respectivo prazo.

44. Quanto às Convenções Coletivas de Trabalho, analise:

I. Os Sindicatos poderão celebrar Convenções Coletivas de Trabalho independentemente de deliberação em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

II. O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção Coletiva de Trabalho ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação de Assembléia Geral dos Sindicatos convenentes.

III. As Convenções Coletivas de Trabalho deverão conter obrigatoriamente normas para a conciliação das divergências sugeridas entre os convenentes por motivos da aplicação de seus dispositivos.

IV. As Convenções Coletivas de Trabalho serão celebradas por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes, além de uma destinada a registro.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) I e III.
(D) I e IV.
(E) II e IV.

www.pciconcursos.com.br

Direito Processual do Trabalho

45. Quanto à Ação Rescisória, considere:

I. Quando o sindicato é réu na ação rescisória por ter sido autor como substituto processual na ação originária, é desnecessária a citação dos substituídos.

II. A ação rescisória deverá ser proposta no prazo de dois anos, contados do dia subseqüente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.

III. A propositura de ação rescisória suspenderá a execução da sentença rescindenda.

IV. É incabível ação rescisória contra sentença de homologação judicial de termo de conciliação entre as partes em um litígio trabalhista.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II e IV.
(B) II e III.
(C) I, II e III.
(D) I e II.
(E) III e IV.

46. Contra decisão que conceder Mandado de Segurança impetrado no Tribunal Regional do Trabalho competente

(A) caberá recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.

(B) caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.

(C) não caberá qualquer recurso.

(D) caberá recurso ordinário para o próprio Tribunal Regional do Trabalho.

(E) caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

47. Para que a empresa DAS, responsável solidária e integrante do grupo econômico GIU, seja sujeito passivo em execução trabalhista, esta

(A) deverá obrigatoriamente participar da relação processual como reclamada, mas não constará no título executivo judicial que se formará em face do grupo econômico.

(B) poderá participar da relação processual como reclamada, sendo uma opção do reclamante que não acarretará nenhuma conseqüência para a fase executória.

(C) poderá participar da relação processual como reclamada, sendo uma opção da própria empresa DAS que não acarretará nenhuma conseqüência para a fase executória.

(D) poderá participar da relação processual como reclamada, sendo uma opção do grupo econômico que não acarretará nenhuma conseqüência para a fase executória.

(E) deverá obrigatoriamente participar da relação processual como reclamada, constando no título executivo judicial.

48. Nas reclamações trabalhistas plúrimas, as razões finais para todos os reclamantes assistidos por um mesmo advogado deverão ser apresentadas

(A) oralmente, no prazo de 15 minutos para todos os reclamantes.

(B) oralmente, no prazo de 10 minutos para todos os reclamantes.

(C) por escrito, no prazo de 05 dias para cada reclamante.

(D) por escrito, no prazo de 15 dias para todos os reclamantes.

(E) oralmente, no prazo de 15 minutos para cada reclamante.

49. Contra decisão do magistrado que determinou o arquivamento dos autos em razão do não comparecimento do reclamante à audiência previamente designada e contra a decisão do magistrado que acolheu a exceção de incompetência em razão da matéria

(A) caberão Recurso Ordinário e Agravo de Instrumento, respectivamente.

(B) caberá Agravo de Instrumento.

(C) caberá Recurso Ordinário.

(D) caberão Agravo de Instrumento e Recurso Ordinário, respectivamente.

(E) caberão Agravo de Petição e Recurso Ordinário, respectivamente.

50. No que tange à liquidação de sentença, analise:

I. Em regra, elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de cinco dias, sob pena de preclusão.

II. Na liquidação, não se poderá modificar ou inovar a sentença, mas se poderá discutir matéria pertinente ao processo de conhecimento.

III. As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.

IV. Elaborada a conta e tornada líquida, o juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de dez dias para impugnação fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que consta APENAS em

(A) II e IV.

(B) I e II.

(C) I, II e III.

(D) II, III e IV.

(E) III e IV.

www.pciconcursos.com.br

PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

QUESTÃO 1

Em cumprimento a mandado judicial de penhora relativo a execução no montante de R$ 5.000,00, o oficial de justiça encarregado da diligência compareceu à residência do executado, que lhe franqueou a entrada. No interior da residência, encontrou um televisor, uma geladeira, móveis usados em geral correspondentes a um médio padrão de vida e roupas usadas de baixo valor. O executado lhe informou que esse era o seu único imóvel residencial e que era proprietário do automóvel estacionado em frente ao prédio, que, no entanto, já havia sido penhorado em outra execução. Discorra, sintética e fundamentadamente, sobre o procedimento a ser adotado, nesse caso, pelo oficial de justiça.

RASCUNHO

www.pciconcursos.com.br

QUESTÃO 2

João é credor de José, estando a dívida representada por uma nota promissória no valor de R$ 5.000,00. No dia do vencimento, José efetuou um suposto depósito de R$ 5.000,00 na conta corrente bancária de João, utilizando, num caixa eletrônico, um envelope vazio. Em seguida, entregou o comprovante do suposto depósito a João, que lhe restituiu a nota promissória, mas recusou-se a fornecer recibo de quitação. Analise esse caso e discorra, sintética e fundamentadamente, sobre a ocorrência de quitação da dívida e a situação do credor em face do comportamento do devedor.

RASCUNHO

www.pciconcursos.com.br